

SOBRE A FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA 1890-1930

SATIE MIZUBUTI

Universidade Federal Fluminense

Introdução: as características da industrialização e mudanças espaciais

Vários estudiosos, especialmente historiadores e economistas, têm-se dedicado ao estudo da República Velha, pela sua importância no processo de transição do Brasil essencialmente agrário-exportador, para uma fase de país industrializado e urbanizado. No decorrer da segunda metade do século XIX, as exportações de produtos primários, em particular do café, alcançaram grande magnitude, como resultado de um super aquecimento da demanda internacional pelo produto brasileiro. Contribuiu também para tal expansão da demanda, a baixa concorrência de outros produtores. Apesar dessa ênfase no setor agro-exportador, no final do Século XIX, a sociedade brasileira já esboçava um movimento bastante perceptível em direção à industrialização e conseqüente urbanização.

Os primórdios dessa industrialização foram devidos ao crescimento contínuo, embora lento, do mercado interno, principalmente entre 1880-1900, exceto o setor têxtil (CARONE, 1978:72 e segs.), que já era portador de alguma expressão, com um razoável nível de mecanização em seu processo fabril desde antes de 1880. De um modo geral, a industrialização se desenvolvia com dificuldades estruturais, técnicas e mesmo financeiras. Foi nesse contexto que a chegada da força de trabalho do imigrante resultou em fator positivo, pois ela era portadora de experiências anteriormente vividas em seus países de origem, em particular a Itália.

Do lado brasileiro, a vaga imigratória está ligada à abolição da escravidão (1888) e ao auge da demanda internacional pelo café, cujo incremento de produção se deu pelo rápido avanço da *fronteira agrícola* e por essa *produção* de força de trabalho no exterior. Portanto, a grande magnitude das exportações e a instituição de novas relações sociais de produção no campo, a começar pelo colonato, propiciou uma maior circulação monetária no setor que acabaria refletindo-se na ampliação do mercado interno, condição prévia para o estabelecimento dos embriões das futuras fábricas. A acumulação de capital comercial ocorrida nesse setor cafeeiro, permitiu também a transferência de recursos financeiros da agro-exportação para a economia industrial urbana surgente à época.

A segunda metade do Século XIX, presenciou também a mudança técnica no sistema de transportes. Os tropeiros, com as suas tropas de muares transportavam mercadorias a longas

distâncias e iam semeando “embriões de cidades” à beira das estradas, nos locais de pouso. Os tropeiros foram cedendo lugar aos primeiros trens e às primeiras ferrovias. Estas, com os seus maquinistas e foguistas, tanto quanto os caminhos dos tropeiros, propiciara surgimento de vilas e povoados, agora, ao redor das estações das estradas de erro. Como as trilhas dos tropeiros não coincidiam com o traçado dos trilhos do trens, muitas vilas e povoados anteriormente formados, entraram em declínio e muitos deles desapareceram. Tornaram-se cidades fantasmas. Outros reconverteram suas funções e sobreviveram ou mesmo prosperaram. Um destes exemplos, é a cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

Cada um desses sistemas, deixou marcas diferenciadas no espaço, ambos porém, apontando para um irreversível processo de *urbanização*. Outras cidades que alcançaram importância até fins do Sec. XIX, foram as que desempenharam funções portuárias, merecendo destaque aquelas dotadas de portos fluviais, como muitas ao redor da Baía de Guanabara. Estes portos fluviais da Baixada da Guanabara, recebiam mercadorias que vinham *de serra acima*, também em lombos de muares e que, nos locais como Porto das Caixas, Surui, Porto da Estrela e outros, eram transbordados para embarcações (as faluas) que as transportavam até o Porto do Rio de Janeiro, cruzando as águas da Baía de Guanabara.

O advento da ferrovia (a partir de 1854), acabou provocando o declínio desses lugares, trazendo também a decadência de cais, mercados, teatros, palacetes, conventos e similares Na localidade de Porto das Caixas, por exemplo, hoje distrito de Itaboraí (RJ), existiu até uma “fábrica” de luvas destinada ao atendimento da demanda da pequena aristocracia da época. Todo o fausto que cobriu as elites de lugares como Porto das Caixas, no Século XIX, entrou em completa estagnação e abandono.

No quadro que se segue, extraído de Carone (1978), pode-se observar os ramos industriais e números de estabelecimentos industriais já registrados no Brasil, em 1889:

Quadro 1. BRASIL - ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1889

INDÚSTRIA	Números de estabelecimentos	CAPITAL \$
Têxteis	87	239.230.327
Couros, peles e outras matérias duras do reino animal	22	2.076.062
Madeira	64	15.444.587
Metalurgia	66	11.903.866
Produtos químicos propriamente ditos e análogos	86	38.184.047
Alimentação	268	63.249.713
Vestuário e toucador	88	14.618.475
Mobiliário	39	2.370.040
Edificações	56	3.106.030
Construção de aparelhos de transporte	32	1.331.773
Produção e transformação de F. Físicas	3	187.000
Relacionado a Ciências, Letras e Artes	5	917.150
Cerâmica	87	5.011.530
TOTAL	903	397.630.600

Em 1889, às vésperas portanto da proclamação da República e no ano seguinte ao da abolição da escravidão, as atividades industriais no Brasil já expressavam uma significativa expansão, lideradas pelo ramo das indústrias alimentícias, as quais acusavam 268 estabelecimentos.

Segundo ainda Edgar Carone, em 1907, o número de estabelecimentos industriais havia aumentado para 3.120 e, em 1920, para 13.336. Este avanço rápido no crescimento industrial se deveu em grande parte à mudança na conjuntura internacional, por conta da iminência da Primeira Guerra Mundial (1914-18), durante a qual os Países Centrais não conseguiam exportar produtos manufaturados para a América Latina e também porque a demanda por produtos do Terceiro Mundo aumentava muito no mercado mundial. Não se pode perder de vista também a importância do mercado interno brasileiro, já com grande potencial de consumo.

A composição étnica da classe operária

Tendo em vista que no Brasil, a segunda metade do Século XIX foi fértil no que se refere à imigração estrangeira, associada ao apogeu da exportação cafeeira e também a uma intensificação da industrialização, ambos os setores tiveram uma forte participação do imigrante na formação da mão-de-obra. Nas cidades do Rio de Janeiro e de Santos, concentraram-se mais fortemente os portugueses, enquanto que em São Paulo, predominaram largamente os italianos. Estes procediam diretamente da Itália, ou vinham dos cafezais do interior paulista, onde haviam trabalhado como colonos.

Segundo o censo de 1893 realizado na capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e um índice ainda maior de força de trabalho. Dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos (...) 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade (MARAN, 1979:15-16).

Em 1901, estudos realizados por Antônio Francisco Bandeira e retomados por Aziz Simão, ambos citados por Maran (1979), em São Paulo a mão-de-obra constituída por imigrantes variava entre 80 e 90% do total do setor industrial. Estes dados indicam um aumento muito grande da participação do elemento estrangeiro naquele período de oito anos (1893-1901).

Vale lembrar que a última década do Século XIX, foi aquela na qual verificou-se a maior entrada de imigrantes no Brasil, tendo sido a única fase em que o Brasil recebeu contingentes maiores do que a vizinha Argentina.

Sabe-se que, inicialmente, a maioria dos imigrantes no Estado de São Paulo, foi alocada na zona rural, com o objetivo de suprir as novas necessidades da economia agro-exportadora em expansão e para substituir a força de trabalho do escravo.

Apesar dessa massificação no campo, dados anteriores indicam que, durante a República Velha, a constituição do mercado de trabalho urbano industrial em São Paulo teve hegemonia do imigrante. Da mesma maneira, a sua presença ocupava um lugar proeminente na formação da própria cidade e da vida urbana.

Há que se considerar também o preconceito que havia se estabelecido entre o contingente formado em relação ao *homem livre nacional*, já que o trabalho braçal ou manual era visto e tido como degradante, próprio do negro escravo ... Essa recusa do homem branco, livre, nativo em assumir as tarefas braçais, pressionou o Governo brasileiro a instituir políticas públicas imigratórias, através de uma série de mecanismos políticos e estratégicos destinados a atrair levas

e levas de novos imigrantes, recorrendo-se, muitas vezes, a propagandas enganosas.

Mesmo nas atividades rurais não servis, isto é, fora das fazendas monocultoras, onde cada casa grande possuía suas senzalas, o negro liberto não se deixou atrair por esses novos empregos. Também havia resistência em inserir-se no mercado de trabalho urbano, sobretudo, na indústria nascente. Ao contrário, freqüentemente o negro optou pela negação ao trabalho, sinônimo de afirmação da sua liberdade. Ainda no que se refere à população negra, é necessário registrar que a sua distribuição geográfica pelo território brasileiro não era homogênea. Poder-se-ia dizer que havia algumas “ilhas” de concentração, como em área do Nordeste (Litoral e Zona da Mata), na Baixada de Campos dos Goitacazes e no Vale do Paraíba Fluminense. A cidade do Rio de Janeiro, pelas suas funções cosmopolitas e, também, pela sua localização geográfica entre a Baixada Campista (açucareira) e o Vale do Paraíba (cafeeiro), ambos escravagistas, recebeu um expressivo contingente de negros, expressa na sua perceptível presença na formação do povo carioca. Cedo esse grupo étnico guetificouse nos morros cariocas e marcou presença através de diferentes formas de manifestações políticas e culturais afro-brasileiras.

No que diz respeito às ocupações profissionais, os negros no Rio de Janeiro se concentraram fortemente nas atividades portuárias, tendo exercido alguma influência na formação dos sindicatos nesse setor, tendo disputado posições de liderança em vários momentos, com os imigrantes, seus descendentes e com o *homem livre nacional*. Isto se explica porque no Estado do Rio, a economia agrícola não recebeu correntes imigratórias expressivas como em São Paulo, e os que aqui chegaram, tiveram inserção quase diretamente na economia urbana. Mesmo assim, na composição das lideranças sindicais da época, a participação dos imigrantes era muito mais numerosa do que a dos brasileiros. Senão, vejamos:

Quadro 2. DEMONSTRATIVO DAS NACIONALIDADES DOS LÍDERES IDENTIFICADOS NO RIO DE JANEIRO — 1890-1920

Brasileiros		35
Estrangeiros		71
• Italianos	24	
• Portugueses	23	
• Espanhóis	22	
• Alemães	1	
• Poloneses	1	
• Não identificados		13
TOTAL		119

Fonte: MARAN, 1979:21

As observações dos dados acima indicam que 60% das lideranças operárias identificadas eram de estrangeiros, o que retrata a sua maior formação política e tradição participativa, comparado aos contingentes nacionais.

Em 1901, a população operária do Estado de São Paulo foi calculada em 50.000 pessoas, das quais os brasileiros não chegavam a 10%. No mesmo ano, a população operária na capital do Estado, a cidade de São Paulo, era de 8.000, dos quais 5.000 estrangeiros, ou 60% e os italianos predominavam largamente neste contingente. Enquanto isso, os portugueses e espanhóis, se

concentravam mais sensivelmente, nas cidades portuárias do Rio de Janeiro e de Santos.

As condições de vida e de trabalho

As condições de vida do operariado brasileiro em formação durante a Primeira República eram muito precárias e tal precariedade se traduzia pela carestia crescente do custo de vida, elevação do custo de moradia, baixos salários, longas jornadas de trabalho, insalubridade, elevados índices de acidentes de trabalho, entre outros. A esse respeito, o jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 1/12/1889, publicou o seguinte registro: “Os gêneros de primeira necessidade, carne feijão e todos os alimentícios têm subido tanto de preço que as classes operárias e pobres estão quase privadas deles”. (Apud BEIGUELMAN, 1978:129).

E Maran observa:

Em 1890, um escritor estimava que o trabalhador médio no Rio de Janeiro, (...) poderia perceber no máximo, 96\$000 por mês, e o salário mínimo necessário para cobrir as despesas de alimentação, vestuário, moradia e as despesas eventuais de uma família de quatro pessoas, era de 103\$000. (MARAN, 1979:119).

Os trechos transcritos anteriormente permitem deduzir que o *déficit* orçamentário de uma família carioca em 1890, era de pelo menos 7\$000. Ocorre que o tamanho médio da família brasileira no fim do Século XIX certamente era superior a 4 membros, o que aponta para um *déficit* ainda maior do que os 7\$000 verificados. Segundo o mesmo autor, em 1908 esse *déficit* havia aumentado para 28\$000:

A elevação do custo de vida era contínua e progressiva (...). Em 1907, a liderança operária esboçara um movimento pela diminuição dos aluguéis (La Bataglia, 27-10-1907). Encareceu tudo: a farinha, o açúcar, o vinho, a carne, a roupa, a habitação. (La Bataglia, apud BEIGUELMAN, 1978:174).

(...) poucos homens adultos ganhavam o suficiente pra prover as necessidades básicas de suas famílias, o que parece sugerir que o poder aquisitivo real do trabalhador fosse, em 1919, menor do que o poder de compra no começo da República Velha (MARAN, 1979:119).

O operariado sofre as conseqüências de um contínuo aumento do custo de vida e de salários baixos. A política de câmbio baixo, as contínuas emissões, o problema de moradia, os preços excessivos dos gêneros de primeira necessidade, a instabilidade de emprego, tornam a vida operária cheia de percalços e incertezas, que exigem respostas diretas dos próprios operários e, em outros casos, da burguesia e autoridades governamentais (CARONE, 1978: 193-94).

As lutas desenvolvidas pelo trabalhador brasileiro à época parecem indicar que o objetivo maior era o de conquistar a primeira cesta de consumo, numa conjuntura em que mais do que exploração, ocorria uma verdadeira dilapidação da força de trabalho urbano-industrial em formação, sem nenhuma mediação do Estado, no sentido da regulação ou normatização das relações sociais de trabalho. Ao contrário, a presença do aparelho estatal só era percebida para fins de repressão a toda e qualquer forma de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. As repressões eram em geral, violentas, com o uso de aparato policial, prisões e até mesmo, de assassinatos. Frequentemente, o assassinato de um deles servia de mote para movimentos de protesto e de greves amplas, arrastando até segmentos pouco mobilizados do conjunto dos trabalhadores urbanos.

O período compreendido entre 1913-17 foi marcado por um refluxo geral do movimento operário e coincide também com a queda dos produtos de exportação, associado com a manutenção de elevado ritmo de importação, desembocando em um *déficit* na balança comercial. Cessa a entrada de capital estrangeiro, juntamente com a remessa de 10 milhões de libras esterlinas para pagamento de dívidas externas. Enfim, era a conjuntura que anunciava a

proximidade da I Guerra Mundial e as conseqüências para as classes mais pobres, principalmente para os trabalhadores urbanos, foram drásticas, a começar pela redução de 20% em seus salários reais. Daí, desencadeou-se um desemprego generalizado motivado por falências de muitas empresas e também pela paralisação de obras públicas e demissão, em massa, no Setor Público. Coincidindo com essa crise geral da economia brasileira que se arrastou até 1917 ou mais, os movimentos reivindicativos por melhores condições de vida e de trabalho arrefeceram e praticamente desapareceram, como movimentos organizados.

Em 1917, muda a conjuntura mundial, com o advento da Revolução Russa, precedida de um longo período de lutas internas e vitória dos leninistas que combatiam o regime *czarista*, implantando, pela primeira vez, um *Modo Socialista de Produção*, com a estatização dos principais meios de produção, a começar pela terra. O triunfo das classes populares na Rússia, com a conseqüente criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), parece ter exercido alguma influência em outros países do mundo, inclusive no Brasil, onde:

O ano de 1918 nasceu com um colorido de alvorada: parte da humanidade transpunha os umbrais da pré-história social. Na Rússia, o homem, alienado pela sociedade de classes, marchava ao reencontro de si mesmo. O proletariado brasileiro, como o de todo inundo, escutou um ruído de correntes partindo-se. (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1967:112).

Influenciada pelo evento soviético, conforme se vê na citação acima, a classe trabalhadora brasileira recuperou muito a sua capacidade de luta e de sua motivação a partir de 1918, tanto que o 1º de maio daquele ano, no Rio de Janeiro, foi completamente diferente. De data tradicional de protestos, transformou-se em dia festivo de solidariedade internacional. No dizer de Fausto (1977:157 e segs.), o período que vai de 1917 até 1920 foi marcado pela retomada do ânimo trabalhista, com mobilizações, protestos e greves. Estes movimentos eram muito influenciados pelas correntes libertárias, em particular, pelos anarquistas. A repressão vem acompanhada de uma ofensiva ideológica sistemática na sociedade contra as correntes revolucionárias, em especial, o anarquismo (FAUSTO, 1977:159).

As greves deste período foram amplas e universais, isto é, não aconteceram no âmbito de uma empresa, mas no conjunto delas e as lutas operárias visavam obter o seu reconhecimento enquanto classe. O movimento anarquista combatia a ação desregada do capital e a superexploração da força-de-trabalho, através de práticas como o desrespeito ao trabalho feminino e infantil, a falta de segurança no trabalho, responsável pela incidência elevada de acidentes, muitos destes, fatais, além daquelas mais “universais”, como os baixos salários e a expropriação do sobretrabalho.

A carência que houve na produção de força de trabalho para o capital durante a Primeira República, foi resolvida, conforme já foi anteriormente mencionado, pela imigração estrangeira. O imigrante chegava ao Brasil já expropriado de todos os seus meios de produção e era facilmente enquadrado nesse processo desordenado e dilapidatório, principalmente porque tinha dificuldades com o idioma (português), desconhecia as leis brasileiras e os fazendeiros estavam ainda fortemente influenciados pelo uso de mão de obra escrava que havia prevalecido até 1888. No setor urbano, um dos fatores que em muito contribuiu para a inserção e exploração do trabalho feminino e infantil foi a introdução da máquina no processo produtivo. A mecanização provocava a destruição do padrão produtivo pré-existente e transferia o *saber fazer (know how)* das mãos do homem, agora para a máquina. Isto equivalia a uma “desqualificação” da força de trabalho, pois, a partir desse momento, qualquer pessoa, inclusive uma criança, poderia operar com certas máquinas e abria caminho para uma estandarização do processo de trabalho.

As formas de organização da classe operária

A classe operária em formação em fins do Século XIX e início do Século XX, recorreu a diferentes fontes ou experiências para a sua organização, razão pela qual adotou diferentes formas e tendências de organização, tanto no segmento sindical, como no dos movimentos sociais (rurais e urbanos). O objetivo era sempre o reivindicativo ou o do protesto. Dentre as diferentes correntes, três se destacaram, a saber: 1) o anarquismo; 2) o socialismo reformista e o 3) o trabalhismo.

Sobre o anarquismo

Esta corrente esteve profundamente vinculada às correntes imigratórias e o anarquismo brasileiro foi de certa forma “importado” dos países europeus, dos quais procedia a força de trabalho produzida no exterior. A fase de maior ativismo do movimento anarquista foi entre 1917 e 1920, sob a influências de duas determinantes internacionais: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Socialista Soviética. Internamente, houve também a convergência de dois fatores: a longa crise econômica que havia produzido uma inflação prolongada, e, no caso da mão de obra do imigrante, o “fim do sonho de enriquecer e voltar ao país de origem”¹. Esta percepção de que a sua permanência no Brasil deveria ser muito mais prolongada do que esperava e a falta de perspectiva econômica (emprego com salários razoáveis) somados, contribuíram para materializar a retomada dos movimentos populares e sindicais, agora, sob a égide do anarquismo.

O principal objetivo do anarquismo era a formação de uma sociedade sem Estado, sem propriedade privada, sem classes sociais e anticlerical. O Estado Burguês deveria ser substituído por alguma forma de cooperação não governamental. Isto equivale a dizer que o anarquismo preconizava o fim do capitalismo e para atingir tal fim, recorria às seguintes táticas:

- Ação direta — limitada ao terreno econômico e ideológico;
- Recusa à luta política devido à sua concepção sobre o Estado;
- Formação de sindicatos;
- Realização de movimentos insurrecionais, principalmente de greves.

Para o anarquismo, a classe operária não seria uma classe universal, pois a sociedade estaria dividida em apenas duas classes: uma dos exploradores e a outra a dos explorados. Estes seriam constituídos pelos *camponeses, os operários, o lumpen proletariado*, isto é, pelos deserdados da terra.

Apesar de semelhança nas práticas, o anarquismo subdividiu-se em quatro vertentes: a) a do mutualismo proudhoniano (Proudhon); b) a do anarco-coletivismo, (concebido por Bakunin); c) o anarco-sindicalismo (também originário de Bakunin), e o d) o anarco-comunismo (Kropotkin).

Em linhas muito gerais, o *mutualismo proudhoniano* tinha como objetivo a formação de grande federação de comunas ou cooperativas de trabalhadores, com contrato de troca e de crédito mútuo, garantindo a cada um o fruto do seu trabalho. Enquanto isso, o *anarco-coletivismo* preconizava a coletivização dos meios de produção; o uso do sindicalismo como emancipador da sociedade. Privilegiava as greves revolucionárias, com o uso da violência. O *anarco-sindicalismo* derivou do anarco-coletivismo, de Bakunin, vinte anos depois adaptado às

1

A esse respeito é interessante assistir ao filme de Tizuka Yamazaki chamado *GAIGIN-Os caminhos da liberdade*, que trata da imigração japonesa, porém retratando também o regime de colonato nos cafezais paulistas vivenciado sobretudo pelos italianos que antecederam aos japoneses, com convivência com nordestinos. Para os três grupos étnicos fica claro que: a) eram todos super explorados e b) que o “sonho havia acabado” para todos.

especificidades da sociedade industrial do final do Séc. XIX. Propunha a substituição da **comuna** pelo sindicato como unidade social fundamental e ressaltava a ação operária em oposição à insurreição ou à conspiração popular. Finalmente, o *anarco-comunismo* defendia a tese da aplicação imediata do princípio marxista “ *de cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo as suas necessidades*”. O critério para a distribuição de bens é a necessidade do indivíduo e não o trabalho por ele realizado, suprimindo assim, o salário como mediador das relações de trabalho e gerador de desigualdades sociais. Kropotkin, seu idealizador, ao mesmo tempo em que defendia este programa tão radical, optou por uma prática mais moderada, já que não admitia o uso da violência.

No dia-a-dia da luta, o movimento anarquista brasileiro seguiu ora a Spencer, a Bakunin, a Proudhon ou a Malatesta. Sabendo-se que entre eles não havia igualdade de concepções, muito pelo contrário, percebe-se que o movimento apresentava também algumas contradições. Apesar das divergências, na prática cotidiana o anarco-sindicalismo foi hegemonicamente inspirado pela CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) francesa nesse período, isto é, a corrente que considerava serem os sindicatos o único órgão capaz de agrupar e solidarizar os operários conscientes com base nos seus interesses econômicos comuns. Estes interesses comuns constituem o eixo da luta política e a rejeição da tática política. Assim, no início do Séc. XX, todo o empenho das lideranças operárias no Brasil era no sentido de criar sindicatos e estes eram concebidos como órgãos de luta e não como entidades assistenciais. Os instrumentos de luta eram a greve parcial ou geral, o boicote, a sabotagem e a manifestação pública.

No que se refere à educação, os anarquistas defendiam a escola livre, anticlerical, sem exclames, sem castigo, enfim, uma escola libertária. Para a veiculação de suas idéias, criaram vários jornais, cuja circulação, leitura e discussão, foram, muitas vezes, mais eficientes do que os frágeis sindicatos.

Sobre o socialismo

Marxismo ou Socialismo Reformista é o dilema que se vem apresentando desde muitos anos e se apresenta hoje com maior significação a todos os partidos trabalhistas no mundo, e, com maior evidência, no Brasil.

Os partidos socialistas têm que abraçar uma dessas táticas para realizar a sua política e a sua ação determinante que tem por finalidade a emancipação da classe trabalhadora, por meio de conquistas sucessivas ou por meio da tomada do Estado. No entanto, não se deve falsear esse embate: nos chamados partidos socialistas (com exceção do comunista) é hoje a tática evolucionista que impera (...). Não é, pois, audacioso dizer que entre o Socialismo Reformista ou Democrático, o Marxismo está em crise (DIAS, 1977:205).

A história do socialismo no Brasil foi a história de um pequeno círculo de pessoas com escassa penetração nos meios populares, porém, para o conjunto da sociedade durante a Primeira República, tinha mais significado do que o anarquismo.

Vários centros socialistas foram criados nessa época, notadamente na cidade de Santos. Esta cidade havia sido núcleo de propaganda republicana e abolicionista, com um razoável contingente de trabalhadores com experiência de algumas greves. Mas, entre os precursores do socialismo, havia muita confusão quanto aos princípios marxistas e acabou prevalecendo o evolucionismo de Spencer, optando claramente por um reformismo, rejeitando a ação revolucionária. Os socialistas sempre buscaram a conciliação social. Para eles, a organização sindical deveria servir, antes de mais nada, para conter as greves.

Os socialistas misturavam alguns princípios marxistas com a defesa de um partido democrático policlassista, o que caracteriza profundas contradições filosóficas: pressupostos marxistas e propostas reformistas.

Sobre o trabalhismo

O trabalhismo aspirava à conquista de alguns direitos operários, sem questionar o sistema social. Esse “trabalhismo” brasileiro não se assemelhava ao trabalhismo britânico ou norte-americano, os quais possuíam tradições admiráveis de luta pela emancipação do proletariado, isto é, por suas conquistas sociais (DIAS, 1977:205).

Esse movimento no Brasil parece ter assumido uma especificidade, representada pelo colaboracionismo deliberado. O trabalhismo expandiu-se mais largamente no Rio de Janeiro e, segundo Boris Fausto, as causas disso são: a) o tamanho urbano; b) a existência de trabalhadores em setores vitais, como o ferroviário, o marítimo e das docas; c) uma certa independência em relação às classes agrárias. E preciso registrar que, no caso do Rio de Janeiro, os trabalhadores dos setores dos transportes ferroviários, os marítimos e os doqueiros, não estavam influenciados pelo movimento anarquista.

No entanto, os limites entre o socialismo reformista e o trabalhismo, são difíceis de ser traçados, mesmo porque, o trabalhismo era essencialmente reformista, já que havia uma clara disposição de aceitar o Estado.

Do ponto de vista da composição étnica, o operariado carioca apresentava uma maior percentual de brasileiros natos do que no caso de São Paulo, e, por isso, era mais suscetível à colaboração de classes, objetivando obter direitos mínimos para a classe, debaixo da proteção do Estado. E, no conjunto dos trabalhadores, uma importante parcela estava fora da esfera da produção, vinculada ou não ao serviço público e o Estado fazia mais concessões às reivindicações trabalhistas do que a empresa privada. Todavia, esse mesmo Estado exercia poderosa repressão quando os trabalhadores ultrapassavam os limites da colaboração.

Permeando os segmentos do trabalhismo e do socialismo reformista, configurou-se também o movimento positivista, baseado na filosofia de Comte.

Em 1922, ano em que o Brasil viveu e assistiu a realização da Semana de Arte Moderna, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, o PCB (o velho Partidão), fundação esta realizada na cidade de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro.

À guisa de conclusão

A formação da classe operária no Brasil não se deu de forma análoga à da Europa, já que a industrialização brasileira ocorre num contexto de capitalismo tardio, de uma economia dependente, com ingresso diretamente na fase de indústria mecanizada, não tendo vivido um período bem marcado de artesanato “preparatório” da industrialização. As atividades industriais parecem ter tido início diretamente na “boca da máquina”. Isto é, das máquinas importadas da Europa. E esta forma mecanizada, capitalista de produção, submeteu, desde o início, a mão-de-obra ao capital.

A mecanização e a estandarização da produção desqualificaram a mão-de-obra, nivelando-a por baixo, desde cedo e propiciaram a inserção da mulher e do menor na força de trabalho. Entre outras razões, para compensar os baixos salários da mão de obra masculina e da carestia generalizada que penalizava a reprodução da força de trabalho.

Em decorrência das más condições de trabalho e de vida, surgiram as lutas urbanas e lutas econômicas, mas, freqüentemente, estas lutas não tinham estratégias claramente definidas, o que fazia com que, muitas vezes, comoções coletivas provocadas por prisões ou assassinatos de

lideranças presidissem as formas de encaminhamento das mesmas. Essa falta de organicidade contribuía para com a cooptação empregada pelos empresários. O capitalismo brasileiro teve uma grande capacidade de absorver as lutas reivindicativas dos trabalhadores, recorrendo à cooptação, ou, em aliança com o Estado, à repressão ou à violência.

No decorrer da Primeira República, a apropriação do sobretrabalho, em detrimento das condições de vida do trabalhador, teve a sua própria história e as lutas pela redução da jornada de trabalho e por outros direitos sociais, sempre encontraram por parte do Estado e do capital, resistências muito fortes. Estas características, muito presentes no decorrer deste período histórico, afinal, por serem inerentes ao modo de desenvolvimento capitalista, ultrapassam a Primeira República.

SOBRE A FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Resumo — A formação da mão-de-obra no Brasil no decorrer da Primeira República (1890-1930) se fez de forma acelerada e em dois campos simultaneamente no rural e no urbano. No rural, pelo aquecimento da demanda internacional pelo café brasileiro, e, no urbano, pelo início da industrialização, principalmente, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tanto nas atividades agrícolas, como nas industriais, a presença e a participação do imigrante estrangeiro foram hegemônicas e decisivas. É preciso considerar que a abolição da escravidão havia ocorrido em 1888, criando um esvaziamento do mercado de trabalho no Brasil.

Palavras chave: imigração estrangeira; cafeicultura, industrialização; sindicalismo; relações de trabalho.

INDUSTRIAL LABOR FORCE AND FOREIGN IMMIGRATION

Summary: Labor formation in Brazil took an accelerated rhythm during the First Republic (1890-1930) in two fields simultaneously: rural and urban. In the rural sector it was due to an increase in international demand for Brazilian coffee. In the urban areas, meanwhile, the beginning of industrialization, specially in Rio de Janeiro and São Paulo, was the main cause. Not only in the agricultural activities, but also in the industries, the presence and participation of foreign immigrants were decisive. The abolition of slavery in 1888 must be considered as part of this context, as it changed the labour market.

Keywords: foreign immigration; coffee growing; industrialization; trade unionism; work relations.

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis (e) ANDRADE, A. T. (1967): *O ano vermelho* — a revolução russa e seus reflexos no Brasil. (2 ed.). Ed. Brasiliense, São Paulo.
- BEIGUELMAN, Paula. (1978): *A formação do povo no complexo cafeeiro* - Aspectos Políticos. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- DIAS, Everardo. (1977): *História das lutas sociais no Brasil* (2ª ed.). Editora Alfa Omega, São Paulo.
- CARONE, Edgard. (1978): *A República Velha* - Instituições e classes sociais. (4ª ed). Difel, São Paulo.
- FAUSTO, Boris. (1977): *Trabalho Urbano e Conflito Sociais (1890-1920)*. Difel, São Paulo.
- MARAN, Sheldon Leslie. (1979): *Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil*. Editora Paz e Terra, São Paulo,
- MARX, Karl. (s/d): *O Capital*. Livro 1 - volume 1. Traduzido da quarta edição alemã de 1890. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1977): *Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. (2 ed). Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.